



PARECER DA RELATÓRIA DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

O parecer da relatoria da Comissão de Constituição justiça e Redação em análise ao **Projeto de Resolução nº 05/2024** de autoria Da **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Angico/TO "REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, INSTITUINDO O PROGRAMA GOVERNO DIGITAL DO LEGISLATIVO ANGICOENSE – GDLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Em Sessão Ordinária do dia 11 Junho de 2024.

1º. RELATÓRIO:

O Poder Legislativo Municipal solicita, a aprovação O parecer da relatoria da Comissão de Constituição justiça e Redação em análise ao **Projeto de Resolução** nº 05/2024 de autoria Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Angico/TO "REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, INSTITUINDO O PROGRAMA GOVERNO DIGITAL DO LEGISLATIVO ANGICOENSE – GDLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em Sessão Ordinária do dia 11 Junho de 2024.

2º. VOTO:

É de competência do Chefe do Legislativo Municipal solicitar tal autorização, conforme as atribuições legais da mesma.

A iniciativa deste Projeto de Resolução tem respaldo legal, podendo fazê-lo o Legislativo Municipal. Estar obedecido a técnica Legislativa.

Este Projeto vai de encontro às necessidades da administração Pública do Município.

Em face ao exposto, considero o Projeto revestido de preceitos legais e constitucionais, regido de forma jurídica e tecnicamente correto, e no mérito, ACOLHO;

O Projeto vai de encontro às necessidades da administração Pública do Município.

Voto pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 Junho de 2024.

VALTERLY BARBOSA DOS SANTOS

APROVADO EM 1210612024



ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICO CNPJ: 04.316.382/0001-18 ADM: 2023/2024

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO.

O parecer da Comissão de Constituição Justiça e Redação, em O parecer da relatoria da Comissão de Constituição justiça e Redação em análise ao **Projeto de Resolução nº 05/2024** de autoria Da **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Angico/TO** "REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, INSTITUINDO O PROGRAMA GOVERNO DIGITAL DO LEGISLATIVO ANGICOENSE – GDLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em Sessão Ordinária do dia 11 Junho de 2024.

Opinaram unanimemente os vereadores presentes pela aprovação.

Sala das Comissões, 11 junho de 2024.

Estivaram presentes os senhores vereadores:

Presidente: CLEOMAM PEREIRA LIMA

Relator: VALTERLY BARBOSA DOS SANTOS

Membro: APOLIANA CARNEIRO DE OLIVEIRA

CLEOMAM PEREIRA LIMA

Presidente

APOLIANA C. DE OLIVEIRA

Membro

ona P. de Elivein

VALTERLY BARBOSA DOS SANTOS

APROVADO 2106 120



ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICO CNPJ: 04.316.382/0001-18 ADM: 2023/2024

PARECER DA RELATÓRIA DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

O parecer da relatoria da Comissão de Finanças, Tributação, fiscalização e Controle em análise Projeto de Resolução nº 05/2024 de autoria Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Angicol " REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, INSTITUINDO O PROGRAMA GOVERNO DIGITAL DO LEGISLATIVO ANGICOENSE – GDLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em Sessão Ordinária do dia 11 Junho de 2024.

1º RELATÓRIO:

O Poder Legislativo Municipal solicita, a aprovação Projeto de Resolução nº 05/2024 de autoria Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Angico/ " REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, INSTITUINDO O PROGRAMA GOVERNO DIGITAL DO LEGISLATIVO ANGICOENSE - GDLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em Sessão Ordinária do dia 11 Junho de 2024.

2º. VOTO:

É de competência do Chefe do Legislativo Municipal solicitar tal autorização, conforme as atribuições legais da mesma.

A iniciativa deste Projeto de Resolução tem respaldo legal, podendo fazê-lo o Legislativo Municipal. Estar obedecido a técnica Legislativa.

Este Projeto vai de encontro às necessidades da administração Pública do Município.

Em face ao exposto, considero o Projeto revestido de preceitos legais e constitucionais, regido de forma jurídica e tecnicamente correto, e no mérito,

O Projeto vai de encontro às necessidades da administração Pública do Município.

Voto pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 Junho de 2024.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO





ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICO CNPJ: 04.316.382/0001-18 ADM: 2023/2024

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

O parecer da Comissão de Finanças, Tributação, fiscalização e Controle, em analise Projeto de Resolução nº 05/2024 de autoria Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Angico/ "REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, INSTITUINDO O PROGRAMA GOVERNO DIGITAL DO LEGISLATIVO ANGICOENSE – GDLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em Sessão Ordinária do dia 11 Junho de 2024.

Opinaram unanimemente os vereadores presentes pela aprovação.

Sala das Comissões, 11 Junho de 2024.

Estivaram presentes os senhores vereadores:

Presidente: WALDONEZ COSTA ARAÚJO

Relator: JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO

Membro: LAELTON MARTINS OLIVEIRA

WALDONEZ COSTA ARAÚJÓ

Presidente

AELTON MARTINS OLIVEIRA

Membro

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO